

PORTARIA Nº 9, de 16 de março de 2017
INSTAURAÇÃO DE INQUÉRITO CIVIL N. 015.2017.139

O MINISTÉRIO PÚBLICO DE CONTAS DO ESTADO DE MINAS GERAIS, por intermédio do Procurador signatário, no exercício de suas atribuições legais e constitucionais;

CONSIDERANDO a notícia de irregularidade encaminhada pela Comissão de Finanças, Tributação, Orçamento e Tomadas de Contas da Câmara, informando o suposto descumprimento das normas constitucionais no tocante aos índices de educação e saúde; movimentação irregular de recursos do FUNDEB; aditamentos de contratos em desacordo com a lei de licitações; ausência de comprovantes fiscais; despesas irregulares com taxi; dentre outros (f.2);

CONSIDERANDO que existem indícios de irregularidades nas despesas com: a) serviços de taxis; b) gastos de servidores em viagens; c) serviços laboratoriais; d) serviços mecânicos; e) serviço contábil para atender a Secretaria Municipal de Saúde;

CONSIDERANDO a existência de possível irregularidade na realização dos contratos aditivos do procedimento licitatório Carta Convite nº 001/2009;

RESOLVE, com fundamento nos arts. 127, caput, e 129, II e III, da Constituição República, INSTAURAR o presente INQUÉRITO CIVIL, determinando, desde já, a seguinte diligência:

expeça-se ofício ao sr. José de Oliveira Filho, prefeito de Capitão Andrade, com requisição dos seguintes documentos e informações:

- 1) Rol das licitações, enumeradas sequencialmente, referente ao exercício de 2011, devidamente assinado pelo Presidente da Comissão de Licitação, contendo as seguintes informações: número do processo licitatório, data de abertura do processo licitatório, modalidade, objeto, licitantes vencedores, data da homologação, valores contratados. Incluir Dispensas e Inexigibilidades;
- 2) Relação de empenhos pagos por fornecedor/credor referente ao exercício de 2011 (Razão Contábil com o HISTÓRICO de pagamento por fornecedor/credor);
- 3) cópia integral do procedimento licitatório relativo às despesas realizadas com transporte para os servidores no exercício de 2011, fases interna e externa, bem como cópia do respectivo contrato, aditivos e da formalização dos pagamentos (notas de empenho e documentação instrutória) de todas as despesas decorrentes;
- 4) Relatório Contábil das despesas realizadas no exercício de 2011 relativos aos gastos com táxi, locação de veículos, viagens e custos com transporte em geral (exceto transporte escolar), acompanhado das respectivas notas de empenho e documentação instrutória (notas fiscais, recibos de pagamento, etc.);

- 5) Legislação que regulamentava o pagamento de verbas indenizatórias (diária, adiantamento ou ressarcimento) na Prefeitura Municipal no exercício de 2011;
- 6) Relatório contábil relativo ao pagamento de diárias, reembolsos ou adiantamentos aos servidores no exercício de 2011;
- 7) Cópia dos empenhos relativos ao pagamento de diárias, reembolsos ou adiantamentos aos servidores no exercício de 2011. As cópias dos empenhos devem estar acompanhadas de toda a documentação instrutória, tais como requisições das diárias, prestações de contas, relatórios de viagem, certificados de cursos, notas ou cupons fiscais, comprovantes de gastos, etc);
- 8) Cópia integral da licitação Carta Convite nº 001/2009 (fase interna e externa), bem como das cópias dos contratos, termos aditivos e da formalização dos pagamentos (notas de empenho e documentação instrutória) de todas as despesas decorrentes.

Fixo o prazo de 30 (trinta) dias para o cumprimento da diligência pelo gestor municipal, consoante autoriza o art. 26, I, “b”, da Lei n. 8.625/1993.

Publique-se.

Cumpra-se.

Belo Horizonte-MG, 22 de março de 2017.

Glaydson Santo Soprani Massaria
Procurador do Ministério Público de Contas